



## **Relato da reunião extraordinária do CD EPSJV 8 de outubro de 2020**

PAUTA

### **Processo Eleitoral para Coordenação do Lires**

O coordenador do Lires apresentou, na condição de representante da comissão eleitoral, o regulamento e o calendário eleitoral para a eleição de um mandato tampão para a coordenação do laboratório no período de outubro de 2020 a agosto de 2021.

Pelo calendário, as candidaturas serão apresentadas na reunião do colegiado do dia 16 de outubro e a eleição será no colegiado de 19 de outubro. A homologação do resultado e a posse da nova coordenação serão no dia 22 de outubro.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, o regulamento e o calendário eleitoral do Lires.

### **Andamento das ações do Plano de retorno às atividades de ensino de forma presencial na EPSJV**

A Direção informou que a Escola, assim como a Fiocruz, vem se preparando para o retorno das atividades presenciais, mas que ainda não há uma data definida para o retorno. Uma das ações da Fundação tem sido o rastreamento de casos e os estudos de transmissibilidade de Covid-19 dentro da instituição, que servirão de base para as estratégias internas.

Marília Santini (INI) e Andréa da Luz (Cogepe) participaram do CD EPSJV para falar sobre os estudos e as ações da Fiocruz em relação ao Plano de Convivência com a Covid-19.

Marília explicou que, em março de 2020, quando começou o isolamento social, foi formada a Comissão de Coordenação da Pandemia da Fiocruz, que é responsável por diversas ações, entre elas, a elaboração do Plano de Contingência que possibilitou a manutenção das atividades presenciais essenciais no contexto da pandemia. Em agosto de 2020, foi elaborado o Plano de Convivência com a Covid-19, que prevê ações para o retorno das atividades presenciais, quando o contexto epidemiológico permitir.

Dentro dos planos, uma das ações é a Vigilância em Saúde dos trabalhadores, coordenada pela Cogepe, que inclui a vigilância ativa, para a busca de casos, diagnósticos, e os inquéritos sorológicos, para verificar a circulação do vírus entre os trabalhadores da Fiocruz.

Os resultados dos inquéritos mostram uma prevalência de 24% de contaminados em todos os municípios onde a Fiocruz tem sedes. Especificamente no campus do Rio de Janeiro, onde foram testados 7 mil trabalhadores, a prevalência também foi de 24%.

O número de trabalhadores testados em cada unidade é bem distinto, pois foram testados, principalmente, os trabalhadores que estavam em atividades presenciais e esse número é bem diverso entre as unidades, pois algumas delas estão prioritariamente em trabalho remoto, enquanto em outras há um grande número de profissionais em atividades presenciais. Uma nova fase do inquérito será realizada de 9 a 30 de novembro de 2020.

Andréa explicou que a Cogepe criou mecanismos de vigilância ativa para acompanhar diariamente a contaminação entre os trabalhadores da Fiocruz e que, atualmente, todas as sedes da Fiocruz fazem a coleta de exames. Ela disse que os meses de maio e junho foram os que tiveram mais casos de Covid-19 entre os trabalhadores e que, a partir de julho, os casos começaram a regredir, chegando a zerar em alguns dias.

Ela disse que, mesmo com o patamar ainda alto de novos casos de Covid-19 no Brasil, entre os trabalhadores da Fiocruz a disseminação do vírus tem sido controlada por meio da vigilância ativa e de outras ações do Nust, que dispõe de uma equipe para situações de suspeita de Covid-19, além de disponibilizar atendimento em saúde mental para todos os trabalhadores.

O coordenador do Lavsa perguntou se os trabalhadores foram ao Nust fazer os exames por iniciativa própria, no caso dos que não tinham sintomas, ou se houve indicação por parte das unidades que aqueles que estavam em trabalho presencial fossem testados.

Marília explicou que a realização do exame não era obrigatória, mas que foi feita ampla divulgação pela Cogepe e unidades para que os trabalhadores que estavam em trabalho presencial participassem do inquérito sorológico.

Andrea explicou que, quando é diagnosticado um caso positivo entre os trabalhadores, o local de trabalho dele é isolado e desinfetado e as pessoas que tiveram contato com ele também são encaminhadas para fazer o teste de Covid-19.

A coordenadora do Laborat perguntou se é possível distinguir, entre os testados, quem está no trabalho presencial e quem está em trabalho remoto. Perguntou também se o resultado do exame pode ser usado para definir se a pessoa vai fazer trabalho remoto ou presencial.

Marília explicou que a porcentagem de positivos entre os sintomáticos é sempre maior que entre os assintomáticos e que, quando o trabalhador tem um resultado positivo para Covid-19, ele passa a ser acompanhado pelo Nust, que também acompanha as hospitalizações e óbitos entre os servidores. Ela disse também que os resultados dos testes não serão usados para pressionar trabalhadores a voltar ao trabalho presencial.

Andréa explicou que o inquérito tinha como objetivo principal testar os trabalhadores que estavam em trabalho presencial, mas que quem estava em trabalho remoto também pode fazer o teste se quisesse. Até aquele momento, o Nust havia recebido 2.912 notificações de casos de Covid-19 entre trabalhadores da Fiocruz e havia 17 óbitos entre eles.

Andréa disse que estava acontecendo um afrouxamento das medidas preventivas como uso de máscara e de álcool gel, no campus da Fiocruz, assim como vem acontecendo no município do Rio de Janeiro, mas ressaltou que ainda não era o momento de relaxar os cuidados.

A representante do Lic-Provoc perguntou se o Nust também faz o acompanhamento do grupo de convívio no trabalho e dos familiares dos trabalhadores que testam positivo e se a Cogepe está acompanhando a implantação das medidas de biossegurança nas unidades da Fiocruz.

O coordenador do Labform perguntou se diante dos estudos internos e das análises dos dados epidemiológicos do Rio de Janeiro, há alguma previsão de retorno ao trabalho presencial. Ele disse que muitos trabalhadores já voltaram ao trabalho presencial no campus e perguntou se houve flexibilização no funcionamento das unidades e quais seriam os critérios para esse retorno que já está acontecendo.

Marília disse que a Fiocruz não faz a testagem de familiares porque as ações são voltadas para os trabalhadores da Fundação, pois não há estrutura de capacidade de testagem, nem orçamento destinado para isso.

Sobre o retorno ao trabalho presencial, ela disse que a Fiocruz segue instruções do governo federal que estão em vigor, mas que, no Brasil, nem sempre as decisões tem sido tomadas em função dos dados epidemiológicos, mas também por medidas judiciais. Além disso, há as dificuldades de testagem nos municípios que complexifica a coleta de dados mais precisos. Por isso, ainda não há uma data prevista para o retorno.

Andréa disse que a vigilância é constante e que o retorno presencial ainda é um desafio. Ela disse que houve flexibilização do trabalho presencial em algumas unidades porque alguns setores da instituição tinham necessidade de mais trabalhadores como o hospital, central analítica e laboratórios.

Mas ela lembrou que a pandemia ainda não acabou, que o Brasil ainda tem um nível alto de mortes diárias e que, mesmo assim, as reaberturas não têm sido cuidadosas em muitos estados e municípios. Ela disse que é preciso pensar em ações para a convivência com o vírus e que, por isso, estão sendo tomadas medidas para assegurar o retorno dos trabalhadores ao campus, entre elas a compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os trabalhadores, mas que não é possível garantir que a contaminação no campus vai ser zerada. Ela destacou que, no caso do Rio de Janeiro, há um grande impacto do transporte coletivo.

Andréa disse que a posição da Coordenação da Pandemia é que o retorno presencial seja feito de acordo com a situação de cada unidade e que a indicação é que o retorno não seja 100% em um primeiro momento, que seja feito um rodízio entre os trabalhadores, excluindo os grupos de risco e mantendo o trabalho remoto. Ela disse que quando houver a determinação do governo federal para que o trabalho presencial seja retomado integralmente, serão tomadas as providências para que esse retorno aconteça em segurança.

A representante do Lic-Provoc perguntou se no inquérito sorológico foram colhidos dados sobre o tipo de transporte usado pelo trabalhador, para indicar se ele usa transporte coletivo ou particular. Perguntou também se há estudos sobre o que significa a exposição da volta ao trabalho para as pessoas que estão há muito tempo em isolamento social.

Marília disse que os dados sobre o tipo de transporte usado pelo trabalhador não são colhidos no inquérito sorológico. Sobre a exposição das pessoas que estavam em isolamento, ela disse que será preciso uma adaptação no comportamento das pessoas para conviverem com o risco.

Andréa disse que a sugestão sobre a coleta de dados sobre o tipo de transporte é importante, pois há pesquisas sobre o uso do transporte coletivo público e seu impacto da disseminação da Covid-19.

Sobre as mudanças de comportamento, Andréa recomendou que fossem feitos diálogos com os trabalhadores para que eles saibam as medidas de biossegurança que estão sendo tomadas e também tenham um espaço para expor seus medos e dúvidas em relação à Covid-19 e ao novo modo de trabalho.

Ela disse que o Nust tem uma equipe disponível para oferecer atendimento psicológico aos trabalhadores que necessitarem e que a Cogepe está disponível para acolher todos os trabalhadores que precisam de ajuda.

A Direção agradeceu a participação de Marília e Andréa na reunião do CD EPSJV.

### **Plano de Retorno da EPSJV**

A chefe de gabinete relatou as ações previstas no Plano de Retorno que já estão sendo implantadas na Escola, tendo em vista que, alguns trabalhadores precisam ir à EPSJV eventualmente para exercer atividades presencialmente. Desde a aprovação do plano, na reunião do CD EPSJV no dia 9 de julho, as ações previstas no documento estão sendo executadas.

Para algumas ações e compras que são comuns a diversas unidades, a Direção está em negociação com a Cogic para verificar as possibilidades de compras compartilhadas, mas está havendo dificuldades nesse processo e algumas compras estão sendo feitas pela EPSJV.

A chefe de gabinete relatou que, dos trabalhadores que estão indo à Escola, muitos não estão respeitando as medidas de biossegurança, como uso de máscaras e distanciamento, e ressaltou que é importante que todos respeitem o que foi pactuado coletivamente no CD EPSJV.

Ela disse que a previsão é que todas as medidas de biossegurança previstas no Plano de Retorno estejam implantadas até o final de outubro de 2020.

Entre as ações que já estão em andamento, estão a sinalização nos pisos com adesivos para orientar o distanciamento físico, a desinfecção das instalações da Escola, a disponibilização de álcool em gel e álcool líquido em todas as salas, a compra de face Shields, a implantação do Plano de Comunicação, a retirada das molas das portas e interdição de alguns bebedouros.

Para a porta de entrada da Escola, foi elaborado um questionário, que está sendo debatido com a Cogepe, mas ainda não há definição sobre quem fará a triagem na portaria da EPSJV. Também está sendo construído o mapa de riscos biológicos e a organização da Biblioteca Emília Bustamante (BEB), que será aberta ainda em outubro apenas para empréstimo de livros.

Está sendo discutida com a Cogic a questão do fluxo de ar nas salas, já que o ar-condicionado não pode ser usado e deve ser priorizada a ventilação natural, mas, em alguns espaços não há fluxo de ar satisfatório.

Em relação ao estudo sobre a força de trabalho, também previsto no Plano de Retorno, a Seção de Gestão de Pessoas enviou um questionário com os critérios definidos pela Cogepe para identificar os grupos de risco. A chefe de gabinete destacou que os critérios não são suficientes, pois há outras questões a serem consideradas que poderão ser incluídas futuramente.

Ela informou que a Escola continuará a ser alojamento para os trabalhadores da RAC até o final de dezembro deste ano, mas que, como agora já há um fluxo maior de trabalhadores da EPSJV em atividades presenciais, os operários da RAC ficarão isolados do restante da Escola.

Ela informou ainda que foi criado um GT para o acompanhamento das ações do Plano de Retorno, que inclui representantes do Setor de Compras, CCDE, VDEI, VDGDI e grupo de biossegurança do Latec.

A coordenadora do Lateps disse que todas as apresentações anteriores foram muito esclarecedoras e sugeriu que fosse feita uma reunião com todos os trabalhadores da Escola para apresentar essas questões e tirar suas dúvidas.

Sobre o questionário enviado pela SGP, ela disse que o Lateps considera que ele deveria incluir outras questões como o uso de transporte público e com quem os trabalhadores moram, por exemplo. Ela sugeriu que o questionário seja reformulado incluindo novas questões que podem definir melhor a situação da força de trabalho da Escola.

A coordenadora do Laborat disse que o questionário causou apreensão entre os trabalhadores de seu laboratório por acharem que ele poderia indicar um retorno em breve. Ela também sugeriu que ele seja reformulado para que possa ser usado para o redimensionamento da força de trabalho da Escola.

Ela perguntou ainda se há algum cronograma de reorganização das salas para a volta do trabalho presencial pensando nas questões de ventilação e distanciamento físico.

A representante do Lic-Provoc disse que o laboratório também tem dúvidas sobre o questionário e perguntou como a Escola e a Fiocruz estão pensando a ampliação das atividades presenciais para 2021.

O coordenador do Lavsa ressaltou que todas as informações sobre o planejamento de retomada geram dúvidas e insegurança nas pessoas, mas que as informações precisam ser repassadas aos trabalhadores e que todos precisam ter calma ao lidar com essas informações.

A chefe de gabinete disse que entende o fato do retorno presencial causar angústia e que considera a sugestão de uma reunião com todos os trabalhadores uma boa maneira de esclarecer as dúvidas. Sobre o questionário, ela explicou que as situações colocadas no questionário são as que a Fiocruz estabelece atualmente como fatores de risco. Ela reconhece que várias situações não estão apontadas no questionário, mas explicou que ele é um passo inicial para que quando houver a determinação para o retorno das atividades presenciais haja um mínimo de mapeamento da força de trabalho da Escola, pois é preciso saber quem estará disponível para esse retorno. Ela disse que o questionário pode ser reformulado para incluir outras questões, mas que também é preciso seguir o que está previsto na legislação. Solicitou também que os coordenadores conversem com seus trabalhadores para explicar sobre o questionário e a importância de que todos respondam.

Sobre a reorganização e ventilação das salas, a chefe de gabinete disse que ainda há muitas questões a resolver sobre isso, mas que a reorganização das salas vai ser necessária, incluindo a desobstrução de janelas, quando for o caso, assim como o redimensionamento dos espaços para garantir o distanciamento social.

A coordenadora do Labgestão disse que é urgente a realização de uma reunião virtual com todos os trabalhadores da Escola para que eles possam apresentar suas questões. Ela disse também que a reformulação do questionário deve ser feita integrada ao debate com os trabalhadores para que seja mais efetiva.

O coordenador do Lavsa disse que tem dúvidas se é necessário reformular o questionário atual ou se é o caso de novos questionários serem feitos futuramente, com questões diferentes. Ele destacou ainda que o questionário também tem a função de proteção institucional, pois é uma consulta legítima feita aos trabalhadores, de acordo com o que está previsto na legislação.

A chefe de gabinete disse que o questionário tem mesmo a função de proteção institucional. Disse ainda que ele será reformulado, com a participação da CISTT, que será constituída em breve, e após o debate com a comunidade escolar na assembleia virtual de trabalhadores da EPSJV.

A Direção propôs que a assembleia seja realizada no final do mês de outubro, quando a CISTT já estará constituída, e também com a participação de Marília Santini e Andréa da Luz para conversarem com toda a comunidade escolar.

### **Ensino remoto emergencial**

A coordenadora da Cogetes apresentou ao CD EPSJV o debate que vem sendo realizado nas reuniões da Cogetes ampliada em relação ao retorno das atividades escolares presenciais e o ensino remoto emergencial. Ela lembrou que a discussão está vinculada ao debate que vem sendo feito também na sociedade em geral, sobre a reabertura das escolas, considerando os indicadores epidemiológicos atuais na cidade do Rio de Janeiro que demonstram estabilidade com indícios de redução no número de novos casos de Covid-19, embora os números ainda estejam em um patamar elevado. Ao mesmo tempo, os indicadores oficiais também mostram que apenas 34,6% da população ainda estão em isolamento social.

Sobre a questão do retorno às aulas presenciais, a coordenadora da Cogetes ressaltou que há uma inércia do poder executivo sobre o assunto e que o debate está judicializado em muitos municípios, desconsiderando o contexto epidemiológico, além de também estar influenciado pelas eleições municipais. Ela lembrou que, atualmente, não há consenso sobre a manutenção do fechamento das escolas, pois além da questão da transmissibilidade, algumas entidades também levam em conta os danos aos estudantes pelo longo tempo de fechamento das instituições de ensino. Destacou ainda que nenhum país manteve as escolas fechadas por tanto tempo como o Brasil.

Em relação às atividades de ensino, a coordenadora relatou que, desde o início da quarentena, foram disponibilizados materiais de estudo no Portal EPSJV para os alunos da 1ª à 4ª série do CTNMS, o que continua sendo feito atualmente para os alunos da 1ª e 2ª séries. Para a 3ª e 4ª séries, com a possibilidade da disponibilização de tablets e chips pela Fiocruz, passaram a ser planejadas as atividades remotas emergenciais. No dia 31 de agosto, foram iniciadas as atividades para a 4ª série, com o empréstimo de notebooks e desktops da Escola, pois os tablets comprados pela Fiocruz ainda não foram entregues devido a problemas com o fornecedor. Foram disponibilizados pela Fiocruz os chips de internet. Em seguida, foi feito o mesmo movimento para os alunos da 3ª série, que também já estão tendo aulas remotas emergenciais.

Os alunos da 1ª e 2ª série e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) continuam recebendo as atividades pelo site ou impressas porque não há mais computadores

disponíveis para empréstimo. O planejamento das atividades remotas para esses estudantes está pronto, mas elas só serão iniciadas quando os tablets forem entregues e ainda não há previsão para isso.

Enquanto os tablets não chegam, a proposta da Cogetes para apoiar os estudantes nesse período de transição e também construir experiências institucionais de reabertura é oferecer aos alunos do CTNMS a possibilidade de irem à EPSJV, uma vez por semana, mediante agendamento, para usar computadores em quatro salas da Escola que seriam destinadas apenas a isso, com todos os cuidados necessários. Cada sala teria uma lotação máxima de cinco pessoas. Essa proposta já foi apresentada nas reuniões da Cogetes ampliada e também ao grêmio estudantil.

A coordenadora da Cogetes destacou que essa retomada parcial também seria um aprendizado institucional para o retorno das atividades presenciais em formato híbrido, a partir de 18 de janeiro de 2021, se as condições epidemiológicas permitirem.

Ela relatou que os estudantes da 3ª e 4ª séries reconhecem a importância da retomada das atividades, mesmo que de forma remota, por ter possibilitado a volta do convívio entre os professores e alunos. Ela destacou ainda que há dificuldades em todo esse processo, desde a suspensão das aulas presenciais, e que, desde março, houve o trancamento de duas matrículas, de alunos que não estavam conseguindo conciliar os estudos com o trabalho remunerado, e cinco transferências de alunos para escolas privadas.

A coordenadora da Cogetes relatou que tem recebido com frequência relatos de alunos que estão com dificuldades de conciliar os estudos e o trabalho, além de outras dificuldades como falta de privacidade para estudar, violência, insegurança alimentar e problemas de conexão com a internet.

Ela disse que ainda há muitos medos e incertezas, mas que é preciso construir uma proposta de retorno para os estudantes que pode, inclusive, servir de modelo para outras instituições de ensino.

A Direção disse que o momento é muito delicado, mas que também é missão da EPSJV buscar propostas que possam se tornar referências nacionais e internacionais, buscando atender aos seus alunos nesse contexto adverso.

O vice-diretor de Ensino destacou que todos os debates realizados naquela reunião estavam interligados e que não há risco zero, mas que é preciso encarar os desafios e responder às necessidades dos alunos, diante das condições atuais. Ressaltou que é importante que a solução seja construída coletivamente, considerando os riscos e benefícios e buscando o máximo de segurança possível.

A coordenadora do Laborat disse que concorda com a discussão coletiva sobre o uso de alguns espaços da Escola pelos estudantes, mas entende que qualquer proposta sobre isso não será fácil, pois sempre haverá perdas e ganhos.

A Direção disse que é importante que esse debate seja levado aos grupos de trabalho da Escola para pensar os caminhos possíveis.

A coordenadora do Lateps disse que a Escola tem responsabilidade com cada um de seus alunos de garantir o direito à Educação e que, como instituição pública deve buscar alternativas para proporcionar o ensino remoto que é o que possível neste momento.

Ela disse que a Escola tem estrutura para oferecer as condições necessárias de segurança, dentro dos protocolos sanitários estabelecidos, para disponibilizar as salas para os alunos que precisam e desejam. Ela destacou que os estudantes querem a Escola, que é papel da EPSJV abrigá-los e que o Lateps não se opõe à proposta.

A coordenadora do Labgestão disse que o laboratório considera inviável o uso do espaço escolar neste momento e que é necessário um amplo debate sobre isso nos grupos de trabalho antes de se construir uma proposta final. Ele disse que é preciso discutir também quais os profissionais que precisarão voltar ao trabalho presencial para atender aos alunos, como fica a questão do transporte dos trabalhadores e estudantes, entre outras questões.

Ela disse que concorda com a fala da coordenadora do Lateps sobre o direito à Educação, mas que também é preciso considerar que um projeto piloto de retomada da EPSJV, que tem uma estrutura diferenciada em relação a outras escolas públicas, pode se tornar um exemplo "torto" para outras instituições.

O coordenador do Labform disse que o laboratório considera difícil a realização dessa proposta de retorno agora. Ele destacou que não há risco zero, mas é preciso pensar o equilíbrio entre os riscos e os benefícios. Ele propôs que o assunto seja discutido em uma assembleia de trabalhadores e que também seja feita uma pesquisa entre os estudantes sobre suas demandas e condições familiares, como a convivência com pessoas do grupo de risco, por exemplo. Disse ainda que esse retorno deve ser pensado não apenas para o CTNMS, mas também para a EJA e os outros cursos da Escola.

A coordenadora do Latec disse que é preciso buscar uma solução, mas que todos os professores estão preocupados com o retorno das atividades presenciais por diversas questões. Ela disse que participou da reunião da Cogetes e entendeu que seria construída uma proposta coletiva e não que já seria apresentada uma proposta para ser deliberada pelo CD EPSJV. Em seu entendimento, qualquer proposta de retorno da Escola será vista pela sociedade como um retorno da Fiocruz às atividades de ensino e ela considera que isso é uma grande responsabilidade para a instituição.

Ela disse que o Latec é solidário com todas as questões que envolvem os alunos, mas que o laboratório é contra a permanência dos estudantes na Escola neste momento.

A Direção disse que a proposta apresentada pela coordenadora da Cogetes é da Direção, de acordo com tudo que vem sendo discutido sobre o assunto tanto na Escola, quanto pela sociedade em geral.

A representante do Lic-Provoc disse que também acha importante que o debate seja feito nos grupos de trabalho e solicitou que as questões apresentadas ao CD EPSJV sejam encaminhadas ao laboratórios e setores para subsidiar as discussões nos grupos.

A coordenadora da Cogetes solicitou que o assunto fosse retomado na próxima reunião do CD EPSJV para que a discussão pudesse ser ampliada e para construir coletivamente uma proposta de retorno.

A Direção propôs que fosse criado um comitê de crise com representantes da Direção e de todos os laboratórios e setores que oferecem cursos para elaborar uma proposta a ser apresentada na próxima reunião do CD EPSJV.



O coordenador do Labform ponderou que esse comitê teria praticamente a mesma representação do CD EPSJV e que considerava mais pertinente que esse tema, que envolve toda a comunidade escolar, continuasse a ser discutido no CD EPSJV, após as discussões nos grupos de trabalho.

A coordenadora do Lateps sugeriu que a discussão seja feita também na CT de Ensino da EPSJV.

A Direção disse que vai levar a discussão para a CT de Ensino e que também está à disposição dos grupos de trabalho para debater o tema nos colegiados.

### Presentes

Alexandre Moreno (Labman)  
Alexandre Pessoa (Lavsa)  
Anakeila Stauffer (Direção)  
Anamaria Corbo (Direção)  
André Dantas (Labform)  
Andréa da Luz (Cogepe) - convidada  
Angélica Fonseca (TES) - convidada  
Camila Borges (Laborat)  
Carlos Maurício (VDEI)  
Etelcia Molinaro (Latec)  
Helifrancis Condé (CCI)  
Ingrid D'avilla (Cogetes) - convidada  
José Mauro (Lires)  
José Orbílio (VDGDI)  
Marcela Pronko (Pós-graduação) - convidada  
Marília Santini (INI) - convidada  
Marise Ramos (Lateps)  
Páulea Zaquini (Lic-Provoc)  
Raquel Moratori (Labgestão)